

## **CULTURA POLITICA E CULTURAS ESCOLARES UM ESTUDO DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO**

**NEVES, Dimas Santana Souza – UNEMAT/ UERJ**

**GT: História da Educação / n. 02**

**Agência Financiadora: CAPES**

Este pôster se propõe a analisar mudanças no conteúdo discursivo com base no exame de quatro reformas da instrução pública na Província de Mato Grosso. Aqui, trabalhamos com os relatórios de presidentes da Província e inspetores gerais de estudos, cujas preocupações centrais incidiam na formação dos professores, métodos de ensino e a questão de gênero, com diferenças na interpretação e explicação desses conteúdos.

O esforço do pôster é mostrar as mudanças nos discursos relativos à escolarização<sup>1</sup> ocorridas na década de 1870, época em que aconteceu a maioria das reformas da instrução pública na Província de Mato Grosso. A primeira fora proposta para mudar a chamada reforma levergeriana de 1854, mudança na legislação que ocorreu em 1873. Outra reforma acontece em 1875, e mudando a reforma de dois anos antes; a terceira modificação ocorre em 1878, e, quarta, possibilitou a reforma da instrução pública de 1880. Trata-se, portanto, de conceber o movimento reformador como expressão de um movimento de idéias que se manifestam neste tipo de ação patrocinada pelo Estado. No pôster, consideramos seis relatórios sobre a instrução pública, explorados a partir desses três temas, cujos enfoques procuraram evidenciar essas mudanças discursivas. E que, por vezes, articulou-se com outras questões ou estavam entrelaçadas.

A análise parte do enfoque de Foucault (2001, p.09) de que “O discurso é esse conjunto regular de fatos lingüísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro”. Assim, ao apresentar relatos produzidos, pode-ser perceber embates políticos e intelectuais, evidenciando como no interior dos acontecimentos e movimentos de idéias podemos evidenciar mudanças nas formas discursivas que efetivavam práticas normativas. Diante dos enfrentamentos da realidade operava-se, de acordo com Siqueira

---

<sup>1</sup> Essa compreensão se dava em função do desejo de “ilustrar” e “derramar” a instrução pública pelo País, cf. Siqueira (2002, p. 34).

(2002), uma revisão meticulosa nas formas de expressar a realidade político-administrativa na Província, procurando convencer a elite política por outros motivos, com o emprego de diferentes formas.

O primeiro relatório da instrução pública, do Inspetor Geral dos Estudos Manuel José Murtinho, apresenta uma descrição subsidiada nos próprios conhecimentos provindos da experiência na administração pública e expressa suas considerações a respeito da escolarização. Não se valeu de dados estatísticos nem de expressões das pretensas “verdades científicas” ou jurídicas. Seus escritos são marcados por considerações em torno do professor, condições de pagamento e de vida dos mestres, método de ensino e obrigatoriedade da instrução pública sustentada por meio de informações dos inspetores paroquiais os quais constituía em “provas” de sua narrativa, inclusive, para se opor as eventuais reformas.

O segundo relatório apresenta um traço diferente. Nele, o Presidente da Província escreve a respeito da instrução pública enfatizando, com citações provindas dos estudos administrativos a respeito da instrução pública, conjugado com conhecimentos da prática cotidiana da administração escolar, para convencer das necessidades de mudanças. Assim, em 20 de agosto de 1871 o Tenente-Coronel Francisco José Cardoso Júnior apresenta seu relato a respeito da instrução pública a Assembléia Legislativa Provincial. Por esses escritos aparece uma forma discursiva ancorada no aparelhamento científico e político para exprimir seu saber a respeito dos temas. Para reforçar se utiliza de citações, trazendo ao seu texto, o pensamento de Conselheiro da Corte Paulino José Soares de Souza e de Tocqueville como dispositivo de autoridade para afirmar teses em torno da idéias de instrução pública e ensino obrigatório. O dirigente partilha de uma representação da escola como necessária e útil para a ordem social, colocando acento em seus objetivos civilizadores, paz social, ordem e moral para o bem do Estado e da sociedade.

A cultura escrita com fundamento jurídico-normativo, representativo de uma forma de intelectualidade e direção política não fora abandonada. No terceiro relatório, têm-se a “**Fala**” do Presidente Francisco José Cardoso Júnior a respeito dos pontos básicos do Regulamento de 17 de setembro de 1872, em que desenvolve um conjunto de afirmações sobre a situação da instrução pública. Privilegia o entendimento legal sobre os temas, fazendo com que a normatividade do regulamento seja evidenciada, em detrimento de outro tipo de compreensão política dos temas.

A prática do relato, uma espécie de prestação de contas, balanço de gestão e projeto político, faz aparecer, de maneira mais regular, como estratégia de sustentação teórica dos discursos dos dirigentes, o apelo às idéias dos “grandes pensadores”. Quando não citava administradores e pensadores, os relatos aproveitavam expressões religiosas com base na filosofia e teologia, como o caso do Pe. Ernesto Camilo Barreto, o que aparece de modo particular no relatório de 8 de abril de 1876, enviado ao Presidente da Província Hermes Ernesto da Fonseca. No quarto documento, esse educador e religioso, que participou de muitos enfrentamentos na vida, inclusive com outros clérigos, tendo, inclusive, sido preso por um dos presidentes da Província. De acordo com Siqueira (2002) o padre utiliza seus conhecimentos e produz adaptações com o intuito de convencer a respeito da necessidade da escolarização da mulher e da criança. As demonstrações de conhecimento pelas palavras sustentadas, pelo recurso a citações foi uma outra forma de pensar e produzir conhecimento que se desenvolveu na Província modificando costumes e práticas, fazendo com que o Pe. Barreto priorizasse as informações estatísticas em seus relatórios como um outro recurso discursivo que possibilitava afirmar determinadas “verdades”. Recurso de escritas diferentes, que conjugados com discurso filosófico e religioso, visou caracterizar os relatos da educação como necessidade a ser conhecida, narrada e analisada pelos instrumentos dos discursos oficiais, citações e dados estatísticos.

Um outro movimento de idéias foram as apresentações de relatórios do Pe. Ernesto Camilo Barreto e o Presidente da Província. Como haviam sido produzidas as reformas nos regulamentos do ensino em 1873, 1875 e 1878 – o que denota diferenças nas interpretações da realidade –, o quinto relatório é do Presidente da Província que, por sua forma discursiva, explicativa, opositora por vezes, evidencia que não havia conformidade entre as compreensões dos dirigentes e a sociedade, o que acabava por se refletir no Parlamento. Siqueira (2002, p. 111-113) afirma que havia tensão política, que culminou inclusive, com afastamento do Inspetor da Instrução Pública.

Neste caso, entende-se que o Relatório do Presidente da Província de 1879 tentava justificar e convencer acerca das mudanças promovidas no ano anterior, cujas principais características eram a obrigatoriedade do ensino, a co-educação dos sexos, a discussão a respeito dos métodos de ensino que comparece estrategicamente articulada com a questão do retorno dos castigos corporais. Usando texto de franceses como Paul Janet, Gréard, Bréal e Mr. Brisson a respeito da co-educação dos sexos expressa seus entendimentos sobre a necessidade de junção de escolas, reportando-se a superação de

questões morais, familiares e sociais. Nas informações a respeito da obrigatoriedade do ensino apresenta Cousin e Guizot para subsidiar pensamentos, mostrando as escolas e mudanças nos costumes como necessidade para a sociedade e para o Estado como arma poderosa e eficaz para prosperidade social. Essa projeto de escola é complementado com discursos em torno dos métodos de ensino, reforçando o papel do professor no processo educativo. Para tanto, recorre a Lhomond para falar da necessidade da supressão definitiva da palmatória na escola e que os castigos escolares não deveriam retornar, mas modificar para práticas disciplinares com fins de moralização. O texto inclui pensamento de autoridade eclesiástica local para sustentar afirmações em torno da cooperação entre Estado e Igreja para aperfeiçoar o ensino.

Esses temas, expressão de uma agenda de preocupações do período, também estiveram presentes no debate da reforma de 1880, o último relatório com que estamos trabalhando. Nesta oportunidade, o Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado apresenta seu relatório, dirigido ao Presidente da Província, o Barão de Maracaju. Esse discurso aparece sustentado por escritos de pensadores políticos externos à Província, recorrendo às idéias de Daligut, D. Pedro II, Barão de Macaúbas, Tavares Bastos e Guizot, com a finalidade de subsidiar o pensamento a partir de discursos políticos que davam base às orientações das reformas no que se refere a formação de professores, co-educação e métodos de ensino.

Nestes descritores da instrução pública mato-grossense é possível evidenciar um deslocamento que mantém a referência a experiências educacionais, sobretudo de províncias e nações tidas como mais civilizadas, com destaque forte para os Estados europeus. Porém, faz combinar esta referência com a inserção de outros argumentos de autoridade, seja com o apelo a campos de saber como a medicina, teologia e filosofia, seja com apelo mais direto a determinados autores, cuja presença se entrecruza com as referências às experiências práticas e campos de saber. Dessa combinatória, os dirigentes da educação procuram construir um discurso cada vez mais acabado, cada vez mais científico. Para eles, condição para que o modelo escolar proposto em cada reforma, com os contornos próprios a cada uma, pudesse obter o apoio político e social tão necessário ao projeto de institucionalização da escola, especialmente para os muitos “bugres” dos “sertões” como denominavam viajantes.

## **BIBLIOGRAFIA**

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 2 ed. Trad. Roberto Machado, Rio de Janeiro: Nau Editora; 2001.

MATO GROSSO. **Relatório** apresentado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Dornevil José dos Santos Malhado ao Presidente da Província de Mato Grosso, Barão de Maracaju. Cuiabá, 17 de agosto de 1880. APMT – Livro 86 B s/ n.º pg.

\_\_\_\_\_.**Relatório** apresentado pelo Presidente da Província, João José Pedrosa, à Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 1º de outubro de 1879. APMT – Microfilme 1879, p. 134-148.

\_\_\_\_\_.**Relatório** apresentado pelo Inspetor Geral dos Estudos, Pe. Ernesto Camilo Barreto, ao Presidente da Província, Hermes Ernesto da Fonseca. Cuiabá, 8 de abril de 1876. APMT – Microfilme 1876 (anexo 2).

\_\_\_\_\_.**Fala** do Presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Júnior, discorrendo sobre os pontos básicos do Regulamento de 17 de setembro de 1872 sobre a situação geral da instrução pública de Mato Grosso. Cuiabá, 4 de outubro de 1872. APMT - Relatórios de Presidentes de Província

\_\_\_\_\_.**Relatório** apresentado pelo Inspetor Geral dos Estudos, Manuel José Murtinho, ao Presidente da Província, Cel. Barão de Diamantino. Cuiabá, 24 de julho de 1871. APMT - Arquivo Público de Mato Grosso – Caixa 1878 A.

\_\_\_\_\_.**Relatório** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, pelo Presidente da Província, o Exmo. Sr. Tenente-Coronel Francisco José Cardoso Júnior, no dia 20 de agosto de 1871. APMT.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)**. Cuiabá: INEP/EDUFMT; 2002.